

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*  
Mário Sérgio Vasconcelos

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Editor-Executivo*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Superintendente Administrativo e Financeiro*  
William de Souza Agostinho

*Assessores Editoriais*  
João Luís Cecantini

Maria Candida Soares Del Masso

*Conselho Editorial Acadêmico*  
Áureo Busetto

Carlos Magno Castelô Branco Fortaleza

Elisabete Maniglia

Henrique Nunes de Oliveira

João Francisco Galera Monico

José Leonardo do Nascimento

Lourenço Chacon Jurado Filho

Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan

Paula da Cruz Landim

Rogério Rosenfeld

*Editores-Assistentes*

Anderson Nobara

Jorge Pereira Filho

Leandro Rodrigues

Noam Chomsky

**A ciência da linguagem**  
**Conversas com James McGilvray**

Tradução

Gabriel de Ávila Othero

Luisandro Mendes Souza

Sérgio de Moura Menuzzi

ção no qual você poderia achar que descobrirá algo <do que sabemos> das línguas naturais é o sistema das abelhas. Elas possuem um sistema de comunicação extremamente complicado e, como obviamente você sabe, não há qualquer conexão evolucionária entre as abelhas e os seres humanos. Mas é interessante olhar para seus sinais. É muito confuso. O fato é que há centenas de espécies de abelhas – abelhas que produzem mel, abelhas sem ferrão etc. Os sistemas de comunicação estão dispersos entre essas espécies – algumas delas os possuem, outras não; as que os possuem apresentam-nos em diferentes graus; algumas usam o modo de exposição, outras usam vibração... Mas todas as espécies parecem ter o mesmo grau de sucesso. Assim, é difícil ver qual é a vantagem seletiva <dos sistemas de comunicação das abelhas>. E não se sabe quase nada sobre sua natureza. Sua evolução é complicada; praticamente não foi estudada – há <apenas> alguns artigos. Mesmo sua neurofisiologia básica é extremamente obscura. Estive lendo algumas das mais recentes resenhas dos estudos das abelhas. Há estudos descritivos muito bons – reporta-se todo tipo de coisas malucas. Mas você não consegue realmente compreender a neurofisiologia básica, e a evolução está quase além dos limites da investigação, embora seja um tópico perfeito – centenas de espécies, período curto de gestação, você pode fazer qualquer experimento que queira, e assim por diante. Por outro lado, se você compara a literatura sobre a comunicação das abelhas com a literatura sobre a evolução da linguagem humana, é ridículo. Sobre a evolução da linguagem humana, há uma biblioteca; sobre a evolução da comunicação das abelhas, há uns poucos manuais e artigos técnicos. E é um tópico muito mais fácil de ser estudado. A evolução da linguagem humana está condenada a ser um dos tópicos mais difíceis. Ainda assim, de algum modo sentimos que temos de entendê-lo, ou não poderemos ir adiante. É uma abordagem muito irracional para a investigação. <C>

## 2 Sobre uma teoria formal da linguagem e sua acomodação à Biologia; a natureza distintiva dos conceitos humanos

JM: *Permita-me ir mais adiante em alguns dos pontos que você tocou perguntando-lhe uma questão diferente. Em seu trabalho nos anos de 1950, você efetivamente transformou o estudo da linguagem em uma ciência formal, matemática – não no sentido em que os sistemas de Markov são matemáticos, mas ainda assim claramente uma ciência formal que fez um progresso considerável. Algumas das marcas desse progresso têm sido – nos últimos anos, por exemplo – a eliminação sucessiva de todo tipo de artefatos das versões anteriores da teoria, tais como a estrutura profunda, a estrutura de superfície e coisas do gênero. Além disso, as teorias mais recentes têm mostrado uma habilidade notável para resolver problemas tanto de adequação descritiva quanto de adequação explanatória. Há um considerável progresso no grau de simplificação. E também parece haver algum progresso em direção à Biologia – não necessariamente a Biologia tal como tipicamente entendida por filósofos e por muitos outros, como uma história evolucionário-seleção da introdução gradual de estruturas complexas, mas a Biologia como entendida por gente como Stuart Kauffman (1993) e D'Arcy Thompson (1917, 1942, 1992). Quero saber se você poderia comentar em que medida aquele tipo de abordagem matemática tem progredido.* <C>

NC: Desde que esse negócio começou no início dos anos de 1950 – dois ou três estudantes, Eric Lenneberg, eu, Morris Halle, e aparentemente ninguém mais –, o tópico em que estávamos interessados era como seria possível levar essa investigação em direção à Biologia. A ideia era tão exótica que ninguém mais falava nela. Parte da razão é que a Etologia estava...

JM: *Desculpe-me; então aquilo <colocar a teoria da linguagem no interior da Biologia> era uma motivação desde o começo?*

NC: Sem dúvida: estávamos começando a ler Etologia, Lorenz, Tinbergen, Psicologia comparativa; essas coisas estavam acabando de se tornar conhecidas nos Estados Unidos. A tradição americana era o behaviorismo descritivo. Os zoologistas comparativistas alemães e holandeses estavam se tornando disponíveis; de fato, muito do material estava em alemão. Estávamos interessados e dava a impressão de que esse era o caminho que a Linguística deveria tomar. A ideia era tão exótica que praticamente ninguém falava dela, exceto os poucos que éramos. Mas foi o começo do trabalho de Eric Lenneberg: aqueles nossos estudos foram realmente o ponto em que tudo isso teve início. O problema era que, tão logo você tentava olhar para a linguagem de modo mais cuidadoso, descobria que praticamente nada era conhecido. É preciso lembrar que a maior parte dos linguistas presumia, naquele momento, que quase tudo já estava estabelecido em Linguística. Um tópico comum quando os estudantes de pós-graduação em Linguística conversavam uns com os outros era: o que faremos quando houver uma análise fonêmica para cada uma das línguas? Evidentemente, esse era um processo que terminaria em algum momento. Você poderia tentar talvez uma análise morfológica, mas ela também teria um fim. E também se presumia que as línguas eram tão variadas que você jamais encontraria qualquer coisa que fosse geral. De fato, um dos poucos casos em que havia um afastamento disso

se encontrava nos traços distintivos da abordagem praguiana: os traços distintivos podiam ser universais, de modo que muito mais poderia ser universal também. Se a linguagem tinha uma base biológica, teria de ser assim. Mas, assim que começamos a tentar formular as regras universais que eram pressupostas por essa perspectiva, tornou-se imediatamente óbvio que não sabíamos nada de substancial sobre a linguagem. Tão logo tentamos dar as primeiras definições das noções de palavra – o que uma palavra significa? etc. –, não precisamos de mais de cinco minutos de reflexão para perceber que o *Oxford English Dictionary* não estava nos dizendo nada de significativo. Era óbvio que teríamos de começar do zero. A primeira questão era descobrir o que estava acontecendo quando tentávamos entender o que era a linguagem. E isso, de certo modo, nos afastava da questão de como íamos responder às questões de natureza biológica.

Agora, a questão biológica fundamental é: quais são as propriedades desse sistema de linguagem específicas a ele? De que modo ele difere do sistema que controla a ação de caminhar, digamos – que propriedades específicas fazem de um sistema cognitivo um sistema especificamente linguístico? Mas você não pode responder a essa questão até que saiba algo sobre o que é o sistema. Então – com os esforços para dizer o que é o sistema – aparecem as tensões entre a adequação descritiva e a explanatória. A presença descritiva – a tentativa de fornecer uma descrição para todas as línguas naturais possíveis – fez <o sistema> parecer muito complexo e diversificado; mas o fato óbvio acerca da aquisição da linguagem é que tudo tem de ser basicamente a mesma coisa, isto é, todas as línguas possíveis têm de ser basicamente pequenas variações de uma mesma linguagem universal. Desse modo, estamos presos nessa tensão entre descrever a diversidade de línguas e explicar como todas são basicamente manifestações de uma única linguagem.

Apenas recentemente comecei a ler os registros de algumas das conferências dos anos 1960 e 1970. Os participantes eram em

sua maioria jovens biólogos em ascensão, uns poucos neuro-fisiologistas, alguns linguistas, uns outros poucos. E esse tipo de questão surgia a toda hora – alguém dizia, bem, quais são as propriedades desse sistema linguístico que o faz diferente de outros sistemas cognitivos? E tudo que podíamos fazer era listar um complicado conjunto de princípios que eram tão diferentes <uns dos outros> e tão complexos que não há modo de conceber uma maneira por meio da qual eles teriam evoluído: isso estava simplesmente fora de questão.

Além disso, para além da questão comparativa, há uma outra questão oculta, que está precisamente na fronteira para a Biologia neste momento. É a questão na qual Kauffman está interessado: por que os sistemas biológicos possuem essas propriedades – por que essas propriedades, e não outras? Reconhecia-se, na época de Darwin, que isso era um problema. Thomas Huxley admitia isto – que se a natureza não impuser limites há de haver muitos tipos diferentes de formas de vida, incluindo as formas de vida humana; talvez a natureza, de algum modo, permita apenas formas como a humana e algumas outras – talvez a natureza imponha restrições às formas de vida possíveis. Isso permaneceu como uma questão periférica em Biologia: deve ser verdade, mas é difícil de estudar. <Alan> Turing (1992), por exemplo, devotou grande parte da vida a seu trabalho sobre morfogênese. É um de seus principais trabalhos – ele não se limitou a fazer apenas aquele estudo sobre a natureza da computação – e se tratava de um esforço para mostrar que, se você algum dia viesse a entender alguma coisa realmente crítica sobre Biologia, você estaria no departamento de Química ou de Física. Há algumas pontas soltas que de fato pertencem ao departamento de História – isto é, às perspectivas seletivas da evolução. Mas mesmo a seleção natural – isso é perfeitamente bem compreendido, é óbvio a partir de sua lógica –, mesmo a seleção natural sozinha não pode fazer tudo; ela tem de funcionar dentro de algum tipo de canal prescrito de possibilidades físicas e químicas, e esse tem de ser um canal restritivo. Você não tem

como obter sucesso biológico a não ser que só possam acontecer certos tipos de coisas, e não outros. Bem, agora isso é mais ou menos compreendido para coisas primitivas. Ninguém acredita, por exemplo, que é a seleção natural que determina que a mitose <o processo da duplicação do DNA celular, que leva à divisão celular> se dê em esferas e não em cubos; há razões físicas para isso. Ou considere, digamos, o uso de políedros como materiais de construção – seja para os invólucros dos vírus, seja para os favos de mel das abelhas. As razões físicas para isso são compreendidas, e por isso você não precisa de razões seletivas. A questão é: até onde vai isso, ou seja, a redução de fenômenos biológicos a princípios básicos da Química ou da Física?

As questões básicas sobre o que é específico à linguagem realmente têm a ver com problemas que vão além dos que dizem respeito à adequação explanatória <isto é, que vão além de ter de enfrentar o Problema de Platão, ou de ter de explicar os fatos acerca da pobreza de estímulo na aquisição da linguagem>. Assim, se você conseguisse atingir a adequação explanatória em Linguística – se você pudesse dizer: “Eis a Gramática Universal <GU>; forneça experiência linguística a ela e você obterá uma Língua-1” –, esse seria um começo para a Biologia da linguagem, mas seria apenas um começo <C>. E o próximo passo seria precisamente responder à pergunta que fizemos antes: por que a GU possui as propriedades que possui? Essa é a questão básica. Bem, uma possibilidade é que simplesmente uma coisa aconteceu depois da outra – um conjunto de acidentes históricos, asteroides atingindo a terra, ou seja lá o que for. Nesse caso, trata-se de algo essencialmente inexplicável; não tem suas raízes na natureza, mas em acidentes e na história. Mas há outra possibilidade, que é razoável, dado o que sabemos sobre a evolução humana. Parece que o sistema da linguagem evoluiu muito repentinamente. Se isso é verdade, um longo processo de acidentes históricos está excluído, e podemos começar a olhar para uma explicação em algum outro lugar – talvez, como Turing imaginou, na Química ou na Física.

A perspectiva-padrão na Biologia evolucionária – a razão pela qual os biólogos pensam que encontrar algo perfeito (isto é, um sistema biológico perfeito) não faz qualquer sentido – é a de que você está olhando para coisas que se estendem por um longo período de história evolucionária. E há, é claro, muitos casos do que François Jacob chama de “bricolagem”, ou de remendo e improvisação [tinkering]: em qualquer momento particular da história evolucionária, a natureza faz o melhor que pode com o que tem à disposição. Você observa caminhos na evolução que ficaram trancados aqui, ou que saem dali, mas que não recomendam nem vão a qualquer outro lugar. E assim você fica com o que parecem ser coisas muito complicadas, que você poderia ter feito melhor se tivesse tido a chance de projetá-las e construí-las [engineer them] desde o começo. Essa perspectiva pode nos ocorrer porque não as compreendemos bem. Mas talvez Turing estivesse certo: talvez esses processos se desenvolvessem desse jeito porque assim deve ser. De qualquer modo, faz algum sentido ter aquela perspectiva se você está diante de um longo desenvolvimento evolucionário. Por outro lado, se algo acontece muito rapidamente, não faz qualquer sentido levar a sério aquela perspectiva.

Por algum tempo, não parecia provável que a evolução da linguagem pudesse ter acontecido muito rapidamente. A única abordagem que parecia fazer algum sentido era a de que a GU <ou o dote biológico que possuímos e que nos permite adquirir uma língua> é um sistema muito intrincado, com princípios altamente específicos que não possuiriam qualquer análogo em nenhum outro lugar do mundo. Mas isso leva ao fim de qualquer discussão dos problemas centrais da Biologia da linguagem – o que há de específico na linguagem? Como ela chegou aonde chegou? O motivo para aquela visão estava no elo entre a teoria – o formato da teoria linguística – e o problema da aquisição. O quadro que todos tinham em mente – inclusive eu – era o de que a GU fornece algo como um formato para as gramáticas possíveis, bem como algum tipo de técnica para escolher a melhor entre elas

quando exposta a um conjunto de dados. Mas, para esse quadro funcionar, o formato tem de ser altamente restritivo: você não pode deixar um monte de opções abertas. E, para tornar o formato altamente restritivo, parece necessário que ele também seja altamente articulado e complexo. Desse modo, você é obrigado a postular uma teoria da Gramática Universal que é altamente articulada e específica, basicamente por razões de aquisição. Bem, aos poucos surge a abordagem de Princípios e Parâmetros <P&P>, que tomou forma por volta do início dos anos 1980. Ela não resolve o problema <de dizer o que é distintivo na linguagem e como a linguagem chegou aonde chegou>, mas elimina a principal barreira conceitual para resolver esse problema. O grande ponto da abordagem P&P é que ela dissocia o formato para gramáticas dos problemas da aquisição. A aquisição, de acordo com essa abordagem, deve ser basicamente uma questão de se aprender propriedades lexicais (provavelmente), e é indubitável que tais propriedades são aprendidas a partir da experiência; eis um outro modo pelo qual a aquisição é dissociada do formato para gramáticas.

Bem, se tudo isso é dissociado dos princípios da GU, então não há mais qualquer razão conceitual pela qual tais princípios devam ser extremamente intrincados e específicos. Assim, você pode começar a perguntar: estávamos errados sobre a complexidade e o alto nível de articulação dos princípios da GU? Podemos mostrar que, na verdade, eles são simples? É aqui que começa o Programa Minimalista. Podemos fazer a pergunta que estava sempre escondida mas que não podíamos enfrentar por causa da necessidade de resolver o problema da aquisição. Com a dissociação entre o processo de aquisição e a estrutura da linguagem – principalmente por meio da escolha de parâmetros, ou melhor, por meio da estratégia de deixar que a aquisição se dê pela fixação de valores para parâmetros de natureza lexical –, podemos ao menos considerar tais questões. Depois dos primeiros anos da década de 1980, eu começava quase todo curso

que ministrei dizendo: "Vejam os se a linguagem é perfeita". Tentávamos então verificar se ela era perfeita, e isso não dava certo; terminávamos com algum outro tipo de complexidade. E, na verdade, a tentativa de investigar essa questão não conseguiu chegar muito longe até mais ou menos o começo dos anos 1990, e então, nesse ponto, as coisas começaram a se encaixar. Começamos a ver como você poderia tomar o <modo mais recente de compreender> a tecnologia – isto é, os recursos técnicos postulados pelos gerativistas – e desenvolver uma explicação fundamental para eles, e assim por diante. Estranhamente, uma das últimas coisas a ser percebidas, por volta do ano 2000, foi que o deslocamento <movimento> é necessário. Este parecia ser o maior problema: por que a linguagem precisa de deslocamento? A resposta certa – que essa operação é simplesmente *Merge* interno – se apresenta por si mesma uma vez que você olhe para a questão do modo correto.

*JM: A história não era a de que o deslocamento estava lá para a derivação de uma estrutura gramatical satisfizesse as condições de interface – restrições sobre o sistema nuclear da linguagem que eram impostas pelos sistemas cognitivos com os quais a linguagem deve "se comunicar"?*

**NC:** Bem, acontece que a linguagem de fato deve satisfazer condições de interface; mas isso está lá, de qualquer modo. É preciso que haja condições de interface: <a questão que podíamos responder agora, isto é> o maior problema era: por que usar deslocamento para satisfazê-las? Por que não usar índices, ou alguma outra coisa? Qualquer sistema, isto é, qualquer teoria da linguagem <precisa> satisfazer tais condições, mas o faz com diferentes tecnologias. Bem, considerando cuidadosamente a questão, conclui-se que a gramática transformacional é um método ótimo para satisfazê-las, porque é de graça.

*JM: ...quando concebida como Merge interno e externo...*

**NC:** Sim, isso vem de graça, se você não estipular que um deles não acontece.

*JM: O.k., e isso ajuda a entender por que Merge – portanto, recursão na forma que a empregamos na linguagem (e provavelmente em matemática) – está disponível apenas para os seres humanos. <C> Isso, então, é tudo o que é necessário para se compreender o que é distintivo na linguagem humana – que dispomos de Merge? Posso presumir, ao menos com algum fundamento, que outras espécies possuem capacidades conceituais...*

**NC:** Mas veja, isso é questionável. No que diz respeito ao componente <de interface> sensorio-motor, isso provavelmente é verdade. Pode haver algumas adaptações para a linguagem, mas não são muitas. Considere, por exemplo, os ossos do ouvido médio. Eles foram magnificamente desenhados para interpretar a linguagem, mas ao que parece eles chegaram ao ouvido a partir das mandíbulas reptilianas, por algum processo mecânico de expansão do crânio que se deu, digamos, há cerca de 60 milhões de anos. Ou seja, isso é algo que simplesmente aconteceu. O aparato articulatório-motor dos seres humanos é um pouco diferente do de outros primatas, mas a maior parte das propriedades do sistema articulatório é encontrada em outros lugares, isto é, em outras espécies, e se macacos ou símios tivessem a capacidade humana para a linguagem, eles poderiam ter usado sejam quais fossem os sistemas sensorio-motores de que dispusessem para externalização, como fazem em grande parte os humanos que são usuários nativos das línguas de sinais. Além disso, nosso sistema sensorio-motor parece ter permanecido disponível para os homínidos em nossa linha evolutiva por centenas de milhares de anos antes que fosse usado para a linguagem. Assim, não parece ter havido quaisquer inovações particulares aqui. No que diz respeito ao componente conceitual, é totalmente diferente. Talvez não saibamos o que importa, mas tudo o que se sabe sobre o pensamento e as mentes dos animais é que os

análogos aos conceitos humanos – ou seja lá o que for que atribuíamos a eles – de fato possuem relações similares a relações referenciais com as coisas. Desse modo, possuem algo como uma relação palavra-objeto. Todo sinal vocal particular dos macacos está associado com um estado interno específico, como a fome, ou com um estado externo específico, como “Há folhas se movendo ali, portanto corra!”.

JM: *Como Descartes sugeriu.*

NC: Exato. Isso parece verdadeiro em sistemas animais, tanto que o levantamento dos sistemas de comunicação animal feito por Randy Gallistel (1990) simplesmente o dá como um princípio. A comunicação animal está baseada no princípio de que símbolos internos estão em uma relação um-para-um com algum evento externo ou algum estado interno. Mas isso é simplesmente falso para a linguagem humana – totalmente. Nossos conceitos simplesmente não são assim. Aristóteles já havia notado isso: mas foi no século XVII que a ideia se tornou predominante. Considere, por exemplo, o capítulo 27 de Locke, que ele adiciona ao estudo sobre pessoas em *Ensaio sobre o entendimento humano*. Ele percebe muito bem que uma pessoa não é um objeto. O conceito tem algo a ver com continuidade psíquica. Ele envereda para experimentos de pensamento [*thought experiments*]: se duas pessoas que parecem idênticas possuem os mesmos pensamentos, estamos diante de uma pessoa ou de duas? E todo conceito para o qual você olha é assim. Por isso, eles parecem ser completamente diferentes dos conceitos animais. <C>

Na verdade, temos apenas uma compreensão superficial de como são nossos conceitos. Foi principalmente no século XVII que se investigou esse problema. Hume, mais tarde, reconheceu que nossos conceitos são apenas construções mentais evocadas de algum modo por propriedades externas. Então, o assunto começa gradualmente a perder interesse e muito pouco acontece. No

século XIX, ele é absorvido por teorias no estilo da referência fregeana, e então pela moderna filosofia da linguagem e da mente, que, acredito, são simplesmente extravagantes no que diz respeito a esse tópico.

Mas, para voltar à sua questão, creio que você está diante do fato de que o sistema conceitual humano parece não ter nada de análogo no mundo animal. A questão que se coloca é de onde vieram os conceitos animais, e há modos de estudar isso. Mas a origem do aparato conceitual humano permanece bastante misteriosa até hoje.

JM: *E o que você acha da ideia de que a capacidade para se dedicar ao pensamento – isto é, para pensar de modo independente das circunstâncias que poderiam acionar ou estimular pensamentos – poderia ter surgido como um resultado da emergência de uma sistema de linguagem, também?*

NC: A única razão para duvidar dessa ideia é que a capacidade de se dedicar ao pensamento parece ser a mesma entre grupos que se separaram há cerca de 50 mil anos. Assim, exceto se houve algum desenvolvimento cultural paralelo – o que é concebível –, parece que ela estava aguardando lá de algum modo. Portanto, se você perguntar a um nativo da Nova Guiné o que é uma pessoa, por exemplo, ou um rio... <obterá uma resposta como a que você próprio daria. > Além disso, os bebês possuem <pensamento>. Este é o aspecto mais surpreendente – que eles não o tenham aprendido <e, ainda assim, o conteúdo interno de seus pensamentos é rico e intrincado, e, como mencionei antes, além do alcance do *Oxford English Dictionary*>.

Considere as histórias para crianças; elas são baseadas nesses princípios. Leio essas histórias para meus netos. Se eles gostam de uma história, querem que ela seja lida 10 mil vezes. Eles gostam muito de uma sobre um burro que alguém transformou em uma pedra. O resto da história é sobre como os burrinhos tentam dizer a seus pais que a pedra é um bebê burrinho, embora ela seja

obviamente uma pedra. Alguma coisa ou outra acontece no fim, e a pedra se torna um bebê burrinho de novo. Mas toda criança, não interessa quão pequena seja, sabe que a pedra é um burro, que não é uma pedra. É um burro porque possui continuidade psíquica, e assim por diante. Isso não pode apenas ter se desenvolvido a partir da linguagem ou da experiência.

JM: Bem, e o que você pensa sobre algo como a morfologia distribuída? Seria plausível que pelo menos alguma parte da estrutura conceitual – seria a diferença entre nomes e verbos – fosse diretamente resultante da linguagem como tal? Isso é plausível?

NC: Depende do que você quer dizer com isso. Considere a noção de um burro, de novo. É uma noção linguística; e é utilizada pelo pensamento. Portanto, é um item lexical e um conceito. São coisas diferentes? Pense, por exemplo, na ideia de Jerry Fodor de uma linguagem do pensamento. O que sabemos sobre a linguagem do pensamento? Tudo o que sabemos sobre ela é que é a língua inglesa. Se é alguém no Leste da África que está pensando, então é a língua swahili. Não possuímos qualquer noção independente do que seja a linguagem do pensamento. De fato, não temos nenhuma razão para acreditar que há qualquer diferença entre itens lexicais e conceitos. É verdade que outras culturas vão dividir as coisas, isto é, a experiência do mundo de um modo um pouco diferente, mas as diferenças são realmente pequenas. As propriedades básicas são simplesmente idênticas. Quando dou exemplos em minhas aulas, como o da noção de um rio, e faço esses estranhos experimentos de pensamento <no que diz respeito à identidade dos rios – o que uma pessoa está disposta a chamar de um rio, ou de “o mesmo rio”>, não importa muito a que cultura linguística a pessoa pertence, todas o reconhecerão do mesmo modo em aspectos fundamentais. Qualquer bebê faz isso. Portanto, de algum modo, é preciso dizer que essas coisas estão lá. Elas se manifestam na linguagem; se elas estão “lá”

independentemente da linguagem, não temos nenhum modo de saber. Não temos nenhum modo de estudá-las – ou são muito poucos os modos de fazê-lo, ao menos.

Podemos estudar *algumas* coisas sobre o desenvolvimento conceitual separadamente da linguagem, mas elas têm a ver com outras coisas, como a percepção do movimento, a estabilidade dos objetos, coisas desse tipo. É interessante, mas bastante superficial quando comparado com seja lá o que for que esses conceitos sejam. Desse modo, a questão sobre se tais conceitos vêm diretamente da linguagem parece estar além de nossas capacidades de investigação; não temos como entender o pensamento das crianças para muito além disso.

Mas então a questão é: de onde vieram esses conceitos? Você pode imaginar como uma mutação genética poderia ter nos dado *Merger*, mas como nos daria o conceito de identidade psíquica como uma propriedade definidora de um certo tipo de entidades? Ou muitas outras propriedades bastante afastadas da experiência?

JM: Às vezes fico pensando sobre se os conceitos lexicais poderiam ou não ser gerativos em algum sentido ou outro. Parece plausível à primeira vista – ofereceria alguns modos de compreendê-los.

NC: Os que foram mais bem estudados não são aqueles de que estávamos falando – os que usamos às vezes para nos referir ao mundo <tais como ÁGUA e RIO>, mas conceitos relacionais, como os de relação temporal – verbos estativos *versus* ativos <por exemplo > – ou conceitos relacionais envolvendo movimento, analogias entre espaço e tempo, e assim por diante. Há uma quantidade razoável de trabalhos descritivos interessantes <sobre esses conceitos>. Mas eles são partes do aparato semântico relacionadas à sintaxe de modo muito próximo, de maneira que <ao estudá-los> você está na verdade estudando um sistema relacional que tem algo de uma natureza sintática.

O ponto em que isso se torna um impasse é quando você pergunta como essas coisas são usadas para falar sobre o mundo – a questão tradicional da semântica. Quase tudo o que é feito – digamos, tudo o que é feito – em semântica formal ou semântica linguística ou na teoria sobre aspecto verbal, e assim por diante, é quase tudo interno <e sintático em um sentido amplo>. Funcionaria do mesmo jeito se não houvesse mundo externo algum. Assim, você poderia colocar o cérebro em um balde, ou seja lá o que for. E então a pergunta surge: “Veja bem, usamos essas coisas para falar sobre o mundo; como fazemos isso?”. Aqui, acho que filósofos, linguistas e outros que pertencem à moderna tradição intelectual estão presos em uma espécie de armadilha, a armadilha de presumir que há uma relação de referência entre expressões e coisas do mundo. <C>

Achei que seria útil e tentei convencer outras pessoas – sem sucesso – de pensar sobre esse problema por meio de uma comparação com a fonologia. Depara-se com a mesma questão. Todo o trabalho em fonologia é interno <à mente/ao cérebro>. Você de fato presume que a fonética em sentido estrito dá algum tipo de instrução ao sistema articulatório e auditivo – ou seja qual for o sistema que você está usando para externalização. Mas isso está fora da faculdade da linguagem. É tão esquisito que ninguém sugira que exista uma relação som/símbolo; ninguém pensa que o símbolo æ (o som “a” de *cat* em inglês), digamos, pega algum objeto externo à mente. Você poderia jogar o jogo que os filósofos jogam; você poderia dizer que há um construto quadridimensional de movimentos de moléculas que é o valor fonético de æ. E então æ pega esse objeto, e quando digo æ (ou talvez *cat*) conseguimos entender, pois se refere ao mesmo construto quadridimensional. Isso é tão insano que ninguém – bem, quase ninguém, como você sabe – o faz. O que realmente acontece – isso é bem compreendido – é que você dá instruções para, digamos, seu aparelho articulatório e ele as converte em movimentos de moléculas que se dão de diferentes maneiras e

em diversas circunstâncias, e dependem de você ter ou não uma dor de garganta, ou de estar gritando, ou algo assim. E alguém interpreta isso, se estiver perto o suficiente de você, por meio de sua linguagem interna, de sua concepção do mundo, de sua compreensão das circunstâncias, e assim por diante; nessa medida, as pessoas podem interpretar o que você está dizendo. É um jogo de “mais ou menos”. Todo mundo presume que esse é o modo como o lado sonoro da linguagem funciona.

Então, por que o lado do significado da linguagem não funcionaria assim: nada de semântica – isto é, nenhuma relação de referência –, apenas instruções sintáticas para o aparato conceitual que então age? Agora – uma vez que você está no aparato conceitual e em ação – você está no domínio da ação humana. E quaisquer que sejam as complexidades da ação humana, o aparato – mais ou menos – pensa sobre elas de uma certa forma. E outras pessoas que são mais ou menos como nós, ou que pensam em si mesmas da mesma maneira, ou que se colocam em nosso lugar, obtêm uma compreensão razoavelmente boa do que estamos tentando dizer. Não parece haver muito mais que isso. <C>

### Material suplementar da entrevista de 20 de janeiro de 2009

JM: Agora vou tratar do que você chamou de “informação semântica” em uma palestra em 2007 no MIT sobre a perfeição do sistema da linguagem, bem como em outros lugares. Você mencionou que na interface semântica (SEM) da faculdade da linguagem há dois tipos de informação semântica: uma relativa à estrutura de argumentos, que você presume se deve a Merge externo; e outra que diz respeito a coisas como tópico, escopo e informação – aspectos dessa natureza –, que você presume se deve a Merge interna.

NC: Bem, é mais ou menos isso. Há argumentos contrários, como a teoria do controle de Norbert Hornstein, que diz que você pode

pegar papéis temáticos por meio de *Merge* interno. Então, não quero sugerir que é uma questão fechada, de modo algum, mas se você adotar um ponto de vista como o de Deus, o que você espera, mais ou menos, é que, se você vai ter dois tipos diversos de *Merge*, então eles deveriam fazer coisas diferentes. Não tenho provas. Mas os dados parecem sugerir que isso está muito perto da verdade, tão perto que parece perto demais para ser um acidente. Os casos-padrão de relações de estrutura argumental são resultantes de *Merge* externo, e os casos normais de orientação para o discurso e coisas desse tipo são de *Merge* interno.

JM: *É um tipo muito diferente de informação.*

NC: É muito diferente, e se soubéssemos o suficiente sobre o pensamento animal, suspeito que descobriríamos que algumas partes de *Merge* externo podem até mesmo ser, em alguma medida, comuns aos primatas. Você provavelmente pode encontrar coisas como esquemas de ator-ação em macacos. Mas eles não podem fazer muita coisa com isso, é como uma espécie de reflexo das coisas que eles percebem. Você vê isso em termos de propriedades do tipo observado por Cudworth, de propriedades de Gestalt, de relações causais; é um modo de perceber.

JM: *Eventos com propriedades n-ádicas – tomando vários números de argumentos, e coisas do tipo.*

NC: Sim, esse tipo de coisa. E isso pode ser simplesmente o que *Merge* externo lhe dá. Por outro lado, há um outro tipo de *Merge* e, se ele for usado, estará relacionado a outras propriedades. Descritivamente, as coisas se distribuem, muito aproximadamente, entre a estrutura temática básica por um lado, e a orientação do discurso, estrutura de informação, propriedades de escopo, e assim por diante, de outro.

JM: *Parece se tratar de informação pragmática...*

NC: Afinal de contas, a interface é semântico-pragmática. <C> Neste momento, há muita discussão em torno ao trabalho de Dan Everett com uma língua brasileira, pirarrã – como descrito no *New Yorker* e em outros lugares. David Pesetsky tem um longo artigo sobre a discussão com outros dois linguistas <Nevins; Pesetsky; Rodrigues, 2007>, e, segundo eles, o pirarrã é simplesmente como as demais línguas. A discussão chegou à literatura filosófica também. Algumas pessoas inteligentes – um bom filósofo inglês escreveu um artigo sobre isso. É embaracosamente ruim. Ele argumenta que a discussão sugere que o pirarrã mina a Gramática Universal, porque mostra que a linguagem não é baseada em recursão. Bem, se Everett estivesse certo, isso mostraria que o pirarrã não utiliza os recursos que a Gramática Universal disponibiliza. Mas isso é como se você tivesse encontrado em algum lugar uma tribo de pessoas que rastejam em vez de andar. Eles veem outras pessoas rastejar, e por isso rastejam. Isso não mostra que você não pode andar, que não está geneticamente programado para andar <e que de fato caminha, se você tiver o tipo relevante de experiência que aciona a capacidade, e se não for de alguma outra maneira inabilitado>. De qualquer maneira, o que Everett afirma provavelmente não é verdade; mas, mesmo que fosse, isso simplesmente significaria que essa língua tem recursos lexicais limitados e não está usando *Merge* interno. Bem, talvez não esteja: o chinês não o usa para a formação de perguntas. O inglês não usa um monte de coisas; não usa a opção bakeriana da polissíntese, por exemplo. Nenhuma língua usa todas as opções que estão disponíveis na GU.